

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

FEMINISMOS PLURAIS

COORDENAÇÃO:
DJAMILA RIBEIRO

SIDNEI NOGUEIRA



SÃO PAULO | 2020

Copyright © 2020 Sidnei Barreto Nogueira

Todos os direitos reservados a Pólen Livros, e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Este livro foi revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direção editorial

Lizandra Magon de Almeida

Coordenação editorial

Luana Balthazar

Revisão

Flavia Midori Farias

Projeto gráfico e diagramação

Daniel Mantovani

Foto de capa

Roger Cipó

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Nogueira, Sidnei

Intolerância religiosa [livro eletrônico] / Sidnei Nogueira. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2020.

160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

Bibliografia

ISBN 978-65-87113-04-3

1. Intolerância religiosa 2. Liberdade religiosa 3. Religiões afro-brasileiras - Preconceito I. Título II.

Ribeiro, Djamila III. Série

20-1886 CDD 342.0852

Índices para catálogo sistemático: 1. Intolerância Religiosa

A Joesia de Oyá, Iyalorixá Joesia Teles, minha mãe, minha origem, minha professora, minha mentora, minha morada, meu exemplo, meu início, minha história. Por ser minha primeira morada no Ayê, eu agradeço. Agradeço por ser o vento que me permitiu fluir.

A Plácido de Ogun, meu pai, minha origem, meu grande exemplo, meu caminho, minha lâmina afiada para multiplicar a vida, meu equilíbrio e meu alicerce. Por ser uma das pontas da minha encruzilhada, eu agradeço. Agradeço por me permitir continuar.

AGRADECIMENTOS

A Xangô, aquele que imortaliza o som no ar, senhor da justiça, da verdade, aquele que come na gamela e senta-se sobre o pilão emborcado. Pela sua grandiosidade que me habita, eu agradeço.

A Oxóssi, pelo reencontro e pela generosidade de Pai Rodney e da irmã Djamila, pelas lutas, pela representatividade, pela intervenção coletiva, por partilharem comigo um projeto tão grandioso e relevante. Atendendo a lógica do afrossentido: “Quando um chega, todos chegamos.”

A minha família,

Aos meus irmãos: Egbon Daniel de Ogun,

Ogã André de Ogun e Iyalaxé Vanessa de Iyemojá,

Aos meus sobrinhos: Gabriel de Xangô e

Matheus de Oxóssi,

A Ele, irmão, amigo e parceiro, professor

Alexandre de Xangô,

À família CCRIAS, a cada um e a cada uma que fazem do projeto de Xangô o seu,

Ao Bruno Tardelli de Oxogiyan, porque Oxalá é o ar e é isso que ele faz. Pela oxigenação, pela oportunidade, pela possibilidade e pelas trocas. A dupé pupo!

Um agradecimento especial ao leitor crítico e revisor desta obra, ao meu filho, professor Tadeu Mourão de Obaluayê. Sem ele e seu olhar ensolarado, sugestões e provocações, esta obra não seria possível.

*Quem é que não se lembra
Daquele grito que parecia trovão?!
– É que ontem
soltei meu grito de revolta.
Meu grito de revolta ecoou pelos
vales mais
longínquos da Terra,
Atravessou os mares e os oceanos,
Transpôs os Himalaias de todo o Mundo,
Não respeitou fronteiras
E fez vibrar meu peito...
Meu grito de revolta fez vibrar os peitos
de todos os Homens,
Confraternizou todos os Homens
E transformou a Vida...
... Ah! O meu grito de revolta que
percorreu o
Mundo,
Que não transpôs o Mundo,
O Mundo que sou eu!
Ah! O meu grito de revolta que feneceu lá longe,
Muito longe,
Na minha garganta!*

Amílcar Cabral, “Emergência da poesia”,
em *Amílcar Cabral: 30 poemas*

APRESENTAÇÃO

O objetivo da coleção *Feminismos Plurais* é trazer para o grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível. Por essa razão, propus a organização – uma vez que sou mestre em Filosofia e feminista – de uma série de livros imprescindíveis quando pensamos em produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados: esses grupos como sujeitos políticos.

Escolhemos começar com o feminismo negro para explicitar os principais conceitos e definitivamente romper com a ideia de que não se está discutindo projetos. Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar, como diz Angela Davis, em *Mulheres negras na construção de uma nova utopia*, “primazia de uma opressão em relação a outras”. Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que vislumbremos um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências.

Entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder, um dos objetivos da coleção é o compromisso com uma linguagem didática, atenta a um léxico que dê conta de pensar nossas produções e articulações políticas, de modo que seja acessível, como nos ensinam muitas feministas negras. Isso de forma alguma é ser palatável, pois as produções de feministas negras unem uma preocupação que vincula a sofisticação intelectual com a prática política.

Neste oitavo volume da coleção *Feminismos Plurais*, o doutor em Linguística e babalorixá Sidnei Barreto Nogueira apresenta um histórico da intolerância religiosa no Brasil, desde a chegada dos portugueses e dos jesuítas até a ascensão das religiões evangélicas atuais dentro de um projeto de poder conservador hoje em conflito com as forças democráticas. Ele também analisa a linguagem da intolerância – as expressões e maneiras de falar que explicitam o preconceito e revelam a estigmatização presente no discurso, atualmente em oposição principalmente às religiões tradicionais de matriz africana.

Com volumes a um preço acessível, nosso objetivo é contribuir para a disseminação dessas produções. Para além deste título, abordamos também temas como encarceramento, racismo estrutural, branquitude, lesbiandades, mulheres indígenas e caribenhas, transexualidade, afetividade, interseccionalidade, empoderamento, masculinidades.

É importante pontuar que essa coleção é organizada e escrita por mulheres negras e indígenas, e homens negros de regiões diversas do país, mostrando a importância de pautarmos como sujeitos as questões que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante e não sermos tão somente capítulos em compêndios que ainda pensam a questão racial como recorte.

Grada Kilomba, em *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism*, diz:

Esse livro pode ser concebido como um modo de “tornar-se um sujeito” porque nesses escritos eu procuro trazer à tona a realidade do racismo diário contado por mulheres negras baseado em suas subjetividades e próprias percepções. (KILOMBA, 2012, p. 12)

Sem termos a audácia de nos compararmos com o empreendimento de Kilomba, é o que também pretendemos com essa coleção. Aqui estamos falando “em nosso nome”.

Djamila Ribeiro

INTRODUÇÃO

Dedico esta obra a todos os pais-de-santo e mães-de-santo do Brasil porque eles, mais que qualquer pessoa, merecem e precisam de um **esclarecimento**. São sacerdotes de cultos como umbanda, quimbanda e candomblé, os quais estão, na maioria dos casos, bem-intencionados. Poderão usar seus dons de liderança ou de sacerdócio **corretamente**, se forem **instruídos**. Muitos deles hoje são obreiros ou pastores das nossas igrejas, mas não o seriam, se Deus não **levantasse** alguém que lhes dissesse a verdade (MACEDO, 1988, p. 5, grifos nossos).

O trecho em epígrafe é parte da introdução do livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, do bispo Edir Macedo. O autor “dedica” a obra aos pais e mães de santo, líderes espirituais das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro)¹ no Brasil. Segundo o autor, esses sacerdotes precisam, apesar de bem-intencionados, de **esclarecimento** e de **instrução**. Acrescenta ainda que muitos deles hoje são pastores e obreiros nas igrejas do bispo. De acordo com o autor (1988), se Deus não **levantasse** alguém que lhes dissesse a verdade, ainda seriam pais e mães de santo.

Ao leitor desavisado e aos seguidores de Macedo, o excerto e todo o livro apresentam-se preenchidos semanticamente de boa intenção. O mote é a salvação cristã, e obviamente o bispo e sua igreja se colocam na posição de heróis salvadores. As verdades únicas, ao longo da história, têm servido para dizer o que separa o certo e o errado, julgar e condenar, e o livro é uma evidente condenação racista de todas as práticas de origem africana no Brasil.

As palavras “instrução”, “esclarecimento” e “levantasse” remetem a uma necessidade de higienização das coisas pretas. *Instrução* se opõe a ausência de conhecimento e a amadorismo, ausência de formação, de escola – certamente a escola europeia. *Esclarecimento*, como diz a própria unidade lexical, quer clarear a atuação de pais e mães de santo dedicados às práticas escuras, pretas, denegridas. E, quando o autor, na condição de representante legal de um Deus único – o Deus dele, forjado por ele e para servir a suas intenções –, diz que seu Deus *levantou* alguém para que dissesse a verdade aos mentirosos e aos que estão abaixados, assume um discurso etnocêntrico e marcado por autoritarismo e racismo.

Nesse sentido, a dedicatória do livro do bispo não é uma homenagem, uma louvação orgulhosa, um reconhecimento ao papel das tradições africanas na formação da identidade nacional. O livro é mais um projeto de conversão em massa e sabemos que conversão em massa somente pode ser consolidada por meio da eleição de um antissujeito, um inimigo, um vilão, um demônio, um grande mal imaginário que se responsabilize por todos os males na vida das pessoas.

O tom é, a um só tempo, racista, etnocêntrico e arrogante. Alguém de fora da nossa realidade, alguém que não concorda com as nossas práticas, alguém que, embora nos veja como bem-intencionados [*sic*], decide nos instruir porque nos falta instrução.

Agora, aquele que quer dizimar pretos e pretas e todos os praticantes de CTTro e nos colocar em uma posição satânica irá nos instruir. Aquele que segura a chibata assume o papel de nosso educador e cabe a ele, em nome de um deus também criado por ele, fazer com que vejamos a verdade “dele”.

O livro é de 1988, que foi também quando teve início a perseguição mais acirrada às CTTro. Trata-se da retomada de um processo de satanização secular, agora executado de modo institucional e midiático pelos principais segmentos neopentecostais² do país.

Uma CTTro é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re-)existência. Um espaço político. Território de deuses e entidades espirituais pretas, por meio dos quais se busca a prática de uma religiosidade, a um só tempo terapêutica e sócio-histórico-cultural, que se volta para o continente africano, berço do mundo no Novo Mundo.

Desde 1977, quando a primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada no Rio de Janeiro, a perseguição às tradições de origem preta – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins – se agravou e, como veremos ao longo desta obra, criou uma espécie de espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, for identitária, filosófica e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil.

Forças políticas aliaram-se à demonização das CTTro, um projeto de poder fortaleceu-se e a intolerância religiosa tornou-se igualmente esse lugar de pseudo-heróis salvadores do Brasil contra vilões responsáveis por todos os males da sociedade e da alma humana. O proselitismo religioso e eleitoral misturou-se de modo que não se sabe mais o que é religião e o que é política. Com isso, foi ao lixo, do mesmo modo, a suposta laicidade prevista em nossa Carta Magna.

De um lado, a Constituição de 1988 garante expressamente em seu artigo 5º, tanto no *caput* quanto no inciso VI, a liberdade de crença não apenas como o direito de acreditar no que lhe convier, mas também numa perspectiva de que cada indivíduo pode professar a sua fé e ela será protegida, dentro dos parâmetros legais, por meio da proteção aos templos e cultos que dela emanarem.

Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

*image
not
available*

CAMINHOS DA HISTÓRIA DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais. Foi ela que destruiu as culturas pré-colombianas e promoveu a inquisição e a caça às bruxas. Foi a intolerância religiosa que levou católicos e protestantes a se matarem mutuamente na Europa, ou hindus e muçulmanos a fazerem o mesmo na Índia. Foi a intolerância que levou países a construir um sistema de apartheid ou a organizarem campos de concentração. Por trás de cada manifestação de barbárie que a humanidade teve a infelicidade de assistir e testemunhar, o que redundou em numerosos massacres e extermínios, esconde-se a intolerância como arquétipo e estrutura fundante (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

É possível afirmar que a intolerância religiosa não é algo recente na história da humanidade e muito menos na história do Brasil. Todavia, suas formas de manifestação têm sido modificadas de acordo com a organização política, cultural e econômica de cada sociedade em determinado tempo e espaço.

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica.

No cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio.

Vale destacar que estigma, para Ainslie, Becker e Colman (1986), é uma construção social, em que os atributos particulares que desqualificam as pessoas variam de acordo com os períodos históricos e a cultura, não lhes propiciando uma aceitação plena social. Desse modo, as pessoas são estigmatizadas somente em certo contexto, o qual envolve a cultura, os acontecimentos históricos, políticos e econômicos e uma dada situação social, ou seja, a estigmatização não é uma propriedade individual. Em comparação, para Goffman (2013), os normais e os estigmatizados não são pessoas em si, mas perspectivas constituídas pelo meio social, o qual categoriza e coloca atributos considerados naturais e comuns para os membros de cada categoria.

Atualmente, o que se tem chamado de intolerância religiosa está no seio de um

*image
not
available*

*image
not
available*

insignificância os demais universos e culturas “diferentes”. De fato, trata-se de um conjunto de violências que, historicamente, não só se concretizou por meio da violência física contida nas diversas formas de colonialismo, mas, disfarçadamente, por meio do que Pierre Bourdieu chama de “violência simbólica”, ou seja, o “colonialismo cognitivo” na antropologia de De Martino⁶.

Privilegia-se um referencial teórico-prático que segue o “padrão da racionalidade técnica”, segundo Lévi-Strauss⁷, escolhendo-se, assim, o único tipo de cultura e educação com ele compatíveis (“cultura hegemônica” *versus* “culturas subalternas”) e declarando-se “outras” as culturas diferentes com orientações incompatíveis com o referencial escolhido; procura-se reduzi-las em suas especificidades e diferenças tornando-as mais diferentes do que são e, a seguir, exorcizando-as por meio de várias estratégias.

Em profundidade, está-se projetando “fora”, como Outro e como Sombra, o que é incompatível e perigoso reconhecer que pertença ao universo da cultura padrão escolhida. Nesse sentido, o etnocentrismo consiste na dimensão ético-política da mesma problemática cuja dimensão psicoantropológica envolve a Sombra ou o Inconsciente.

O etnocentrismo origina e tem origem na “heterofobia”: o Outro – nas suas mais diversas formas: primitivo, selvagem, louco, imaturo, homossexual, “homens de cor”, crianças problemáticas, fascistas, baderneiros, “hippies”, “mulheres de vida fácil”, hereges etc. – constitui “perigo” que deve ser exterminado (CARVALHO, 1997).

Ninguém negará que o reconhecimento do Outro como seu semelhante ou como um igual sempre foi um problema; renegar o Outro é de certa forma afirmar a própria identidade a partir dessa negação. Por conta da negação da religião e da cultura do Outro, a humanidade assistiu, no decorrer de sua história, a violações frequentes à chamada liberdade religiosa.

Ao se tomar os estudos de Goffman (2013) sobre estigma, pode-se vislumbrar que, na base do preconceito, da discriminação, do racismo, de toda sorte de fobias e da própria “intolerância religiosa”, está a necessidade de categorização dos seres humanos com vistas ao reforço do etnocentrismo.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem

*image
not
available*

(Excommunicamus, 1233)

Sob a autoridade da Santa Sé, foram encarregados inicialmente de perseguir os hereges em todos os países da Cristandade. Perseguiram-nos rigidamente durante muitos séculos, sobretudo na Espanha, em Portugal, na França e nos Países Baixos. Nos séculos 11 e 12 a Europa estava se tornando uma teocracia como no passado fora o Egito sob a 18ª dinastia (DECUGIS, 1946).

Trata-se de uma situação em que inúmeras vidas foram sacrificadas por um motivo fútil que é a intolerância, a qual afronta a liberdade religiosa e os direitos humanos. Em face do exposto, essa breve exposição histórica será encerrada com as sábias palavras de Soriano, que afirma:

As maiores atrocidades da história, incluindo conflitos religiosos, ocorreram quando houve união entre a Igreja e o Estado. Isso ocorre porque o poder temporal aliado ao poder espiritual resulta em um poder muito grande para ser gerado pelos homens. Isso fica claro, por exemplo, ao observar as inquisições medievais e modernas ou a evolução do constitucionalismo brasileiro, ou mesmo a consagração do princípio da separação entre Igreja e Estado, na primeira emenda constitucional dos Estados Unidos (SORIANO, 2002, p. 56).

Isso apenas confirma as desastrosas atitudes e decisões políticas que decorrem das relações promíscuas entre o Estado e a religião. Soriano (2002) evidencia isso, por exemplo, ao aproximar as inquisições medievais e modernas do constitucionalismo brasileiro e da Constituição dos Estados Unidos.

O VÉU DA INTOLERÂNCIA: O QUE O VÉU COBRE?

Autêntico é tudo aquilo que precipita o desmoronamento do regime colonial, que favorece a emergência da nação. Autêntico é o que protege os indígenas e arruína os estrangeiros (FANON, 1968, p. 38).

Para Faustino (2013), passados mais de cinquenta anos após a morte precoce de Frantz Fanon em 1961, aos 36 anos, o pensamento do autor ainda é discutido por acadêmicos e ativistas políticos em diferentes línguas e regiões. Entretanto, essa presença no cenário atual é acompanhada por intensos debates sobre o que se considera estatuto central de sua obra e principalmente quais categorias apresentadas por ele podem ser apropriadas como elementos relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea.

Os chamados estudos culturais ou pós-coloniais, embasados em uma perspectiva pós-estruturalista, têm retomado a leitura fanoniana a partir de uma abordagem crítica do colonialismo como “discurso” (ou paradigma) implícito à

*image
not
available*

consentimento do tolerador para poder existir. “Quem tolera” acaba visto ainda como generoso e benevolente, por dar uma “permissão”, como se fosse um favor ou um ato de bondade extrema (QUINALHA, 2016).

É preciso aceitar que esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. Há uma linha entre o mais e o menos aceitável. A realidade da tolerância funciona como um expediente do desejo de quem se considera ao lado do mais aceitável para estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que, outra vez, traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal.

A ação de tolerar não deve ser celebrada e buscada nem como ideal político nem como virtude individual. Ainda que o argumento liberal enxergue, na tolerância, uma manifestação legítima e até necessária da igualdade moral básica entre os indivíduos, não é esse o sentido recorrente nos discursos da política.

Com efeito, ainda que a defesa liberal-igualitária da tolerância, diante de discussões controversas, postule que se trate de um respeito mútuo em um cenário de imparcialidade das instituições frente a concepções morais mais gerais, isso não pode funcionar em um mundo marcado por graves desigualdades estruturais.

A tolerância é apenas um anestésico, um movimento fantasioso que quer fazer crer que somos todos iguais e que podemos nos suportar sem que nos compreendamos, sem que nos olhemos nos olhos e sem que tenhamos um mínimo de empatia por realidades diferentes e fora dos padrões hegemônicos e cristãos.

Em certa medida, a tolerância religiosa não é diferente do “mito da democracia racial”, da “cordialidade brasileira”, do mito que diz que “somos todos iguais” e do mito que diz que “Deus é um só e somos todos filhos do mesmo Deus”. A própria tolerância nega todos estes mitos, pois, se de fato fôssemos todos iguais social, histórica, econômica e culturalmente, ninguém precisaria se tolerar.

A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO MUNDO

Puseram uma faca na minha garganta e uma arma na minha cabeça. Me chamaram de kaffir [infiel]. Disseram que iam me matar. Fui colocado na solitária e, nas semanas que se seguiram, perdi mais da metade do meu peso (PONTIFEX, 2018, [on-line]).

Em uma entrevista à ACN¹⁰, no início de 2018, Antoine, pai de três filhas, descreveu o que lhe aconteceu quando foi sequestrado por extremistas islâmicos no norte da Síria, na cidade de Aleppo. Quando os militantes descobriram que se tratava de um cristão, exigiram que se convertesse, sob pena de morte. Antoine foi encarcerado, torturado e privado de alimentos. Acordava todos os dias receando que fosse seu último dia.

*image
not
available*

bem mais desenvolvido (MACEDO, 2002, p. 62).

Até aqui está posto quanto a negação da existência do outro por meio do apagamento de sua cultura e crenças religiosas possui estreita relação com um projeto de poder relacionado a um proselitismo eleitoral. Não se pode negar que os ataques direcionados à questão religiosa, no bojo das relações sociais, começam e são reforçados por meio de um discurso legitimado pelo poder e por poderosos.

A incitação à intolerância, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas, parte de discursos proferidos por pastores, padres e até autoridades políticas. Tudo em nome de uma agenda moral transformada em uma crença que se resume ao desejo de se encontrar uma solução rápida e mítica – no mau sentido da palavra – para os problemas de segurança pública, em busca de uma educação de qualidade, da manutenção de valores da suposta família tradicional e de uma política anticorrupção. Se a agenda moral é apenas uma ilusão que serve a um proselitismo eleitoral, a violência simbólica é real e segue fazendo suas vítimas.

A violência simbólica também configura um marco teórico importante nessas análises. Para Bourdieu (2007, p. 14-15), “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, o que faz o poder de manter a ordem ou de a subverter é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. A competência é sempre do enunciador, que, deliberadamente e em nome do poder, produz um discurso de ódio contra as chamadas minorias sociais.

O poder no ato de produção das palavras é aquele enunciado por um sujeito, uma determinada situação cujos indivíduos envolvidos retroalimentam a crença no que está sendo proferido (em espaços religiosos, por exemplo) e na afirmação de que no espaço da dominação aquele que possui o poder institucionalizado pode e deve exercer poder sobre os demais. Assim, a violência, imperceptível entre os que estão envolvidos, se naturaliza.

Templos são invadidos e profanados. Em outros casos, há agressões verbais, destruição de imagens sacras e até ataques incendiários ou tentativas de homicídio. O cenário preocupa adeptos de diversas religiões e, em pelo menos oito estados, o Ministério Público investiga ocorrências recentes de intolerância. Entre janeiro de 2015 e o primeiro semestre de 2019, o Brasil registrou uma denúncia a cada 15 horas, conforme dados do extinto Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2019).

O livro *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro*, organizado pelas pesquisadoras Denise Pini Rosalem da Fonseca e Sonia Maria Giacomini (2013), revela o dramático problema enfrentado pelos fiéis das religiões afro-brasileiras: de 840 terreiros pesquisados, 430 (cerca de 51%) já passaram por alguma forma de agressão. Os números do estudo realizado no Rio de Janeiro revelam que 430

*image
not
available*

reforçado pelo trabalho do professor e babalorixá Patrício Carneiro Araújo (2017).

Por meio de uma pesquisa quantitativa realizada em cinco escolas estaduais em São Paulo, com 315 alunos e 59 professores (374 informantes), evidencia-se a ausência quase total de alunos e professores pertencentes às religiões de matriz africana, exceto por um, frequentador da Escola Estadual João XXIII.

TABELA 2 - QUAL É A SUA RELIGIÃO? ALUNOS

	E. E. Profa. Maria E. Martins	E. E. Sen. Adolfo Gordo	E. E. Carlos Maximiliano	E. E. Antônio Alves Cruz	E. E. João XXIII	Total
Católica A. R.	43%	49%	35%	45%	38%	42,5%
Evangélica	20%	31%	23%	13%	30%	23,5%
Espírita	5%	0%	3%	7%	0%	2,9%
Umbandista	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Candomblecista	0%	0%	0%	0%	1%	0%
Outras religiões	3%	0%	18%	5%	3%	5,3%
Sem religião	29%	20%	21%	29%	28%	26,5%

Fonte: Araújo (2017)

De acordo com Araújo (2017), o que mais chama a atenção é a total inexistência de alunos ligados às religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé). Araújo (2017) se pergunta como explicar a existência de terreiros nos mesmos bairros dessas escolas. São esses mesmos terreiros que abrigam uma grande população de pessoas em idade escolar, mas, mesmo assim, a pesquisa revela a ausência de alunos ligados aos terreiros.

Certamente, a vergonha, a estigmatização, o racismo e o apagamento de